

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A PROMOÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS EM QUATRO REDES DO SUDOESTE PAULISTA¹

Bruna Carolina de Meira²
Edmilson Carlos Lopes de Almeida Júnior³
André de Camargo Macedo⁴
João Paulo Agapto⁵
Ricardo Serra Borsatto⁶
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco⁷

1 INTRODUÇÃO

Seja por seus impactos ambientais e/ou pelos limites em superar o problema da fome em nível mundial, diferentes estudiosos do tema vêm questionando o papel dos estados nacionais em elaborar e implementar políticas públicas, de viés neoliberal, que acabam por fomentar sistemas de produção de alimentos com baixa biodiversidade e baseados em longas cadeias agroindustriais. Estes pesquisadores têm enfatizado a necessidade da construção de políticas públicas que estabeleçam apoios e proteção para a emergência e consolidação de sistemas agroalimentares mais localizados (ALTIERI e NICHOLLS, 2008).

A abordagem conceitual de sistemas agroalimentares emerge em meados da década de 1990, num contexto de agravamento das crises presentes nas sociedades rurais. Essa abordagem tem como anseio a análise dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, colocando em evidência o papel dos agricultores e minimizando a centralidade do papel do consumidor dentro dos sistemas, permitindo que a abordagem territorial ganhe importância (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Dentro desta perspectiva, a partir do início da década de 2000, o estado brasileiro passa a elaborar políticas públicas que apoiam a constituição de sistemas agroalimentares mais localizados, com o objetivo final de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de parte da população que se encontra em situação de risco de insegurança alimentar. Entre as diferentes ações tomadas, destaca-se a criação e/ou utilização de mercados institucionais como instrumento de incentivar esse processo, o que na prática significa criar ou utilizar a demanda dos equipamentos públicos, para adquirir alimentos dos agricultores, servindo como uma estratégia para a inclusão produtiva da agricultura familiar (BELIK, 20013)

Neste sentido, instituiu-se pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cuja finalidade é não apenas garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, mas também promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, o Programa consolida-se como

¹ Trabalho executado dentro do escopo do Projeto de Pesquisa: Avaliação de políticas públicas no Estado de São Paulo a partir dos Assentamentos Rurais, financiado pelo CNPq – Chamada Universal – MCTI/CNPq 14/2014.

² Discente do Curso de Engenharia Agrônômica, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Centro de Ciências da Natureza (CNN), campus Lagoa do Sino. Email: bcmeira01@gmail.com

³ Discente do Curso de Engenharia Agrônômica, UFSCar – campus Lagoa do Sino.

⁴ Discente do Curso de Engenharia Agrônômica, UFSCar – campus Lagoa do Sino.

⁵ Tecnólogo em Agronegócio – Faculdade de Tecnologia de Itapetininga (FATEC).

⁶ Professor Adjunto da UFSCar – campus Lagoa do Sino.

⁷ Professora Titular da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Botucatu e pela Universidade Estadual de Campinas, atuando junto à Faculdade de Engenharia Agrícola na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural.

uma importante ferramenta de estímulo à organização produtiva e econômica no meio rural, de combate à extrema pobreza e de desenvolvimento rural (BRASIL, 2010).

Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo compreender os impactos do PAA na promoção de sistemas agroalimentares localizados em 4 diferentes redes situadas no Sudoeste Paulista. Para tanto, realizou-se uma abordagem exploratória sobre os impactos do programa em quatro diferentes redes de agricultores familiares localizadas dentro a Fazenda Pirituba na qual estão presentes seis assentamentos rurais estabelecidos em diferentes períodos a partir da década de 1970.

2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

Situando-se entre os municípios de Itapeva e Itaberá, na região sudoeste do Estado de São Paulo e região Sudeste do Brasil, a Fazenda Pirituba II é atualmente composta por seis assentamentos rurais, possuindo uma área total de 8.007,64 hectares, sendo deste total, aproximadamente 5.309 hectares agricultáveis (IOKOKI et al., 2005).

Antes de constituir os assentamentos hoje existentes, a Fazenda Pirituba pertencia a Companhia Agrícola e Industrial de Angatuba, a qual foi incorporada ao patrimônio público estadual no ano de 1950 devido à execução de dívida, levando então a Companhia Agrícola a perder 17.500 hectares de terras para o Banco do Estado de São Paulo.

Ao longo de mais 30 anos o Governo de São Paulo realizou várias tentativas para a destinação dessas áreas, porém as ocupações das mesmas não obtiveram sucesso, ocasionando em tal caso, na transferência da Fazenda Pirituba no ano de 1971 (sendo anteriormente de responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)) para a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), ambos os órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura. O objetivo proposto à Fazenda era de que na mesma fosse efetivado um projeto de colonização, porém com entraves e irregularidades, disputas judiciais, inquéritos administrativos e sindicâncias, instituíram-se no ano de 1980 um novo grupo de trabalho conduzido pelo então Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), ainda sob o âmbito da Secretaria de Agricultura, encarregado de vistoriar e encaminhar a regularização da área.

O processo de ocupação das áreas da Fazenda Pirituba visando à formação de áreas de assentamento rural teve seu início no ano de 1982, onde famílias pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começaram a ocupar as terras da Fazenda e a pressionar o Governo do Estado e Poder Público para que autorizassem o assentamento das famílias no local. Neste contexto, no ano de 1984 o IAF implantou nas áreas 1 e 2 os Assentamentos (também conhecidos como Agrovila 1 e 2), integrando cerca de 160 famílias agricultoras.

Ao que diz respeito à ocupação da área 3 pertencente a Fazenda Pirituba, essa teve seu marco a partir do ano de 1986. Neste período, cerca de 300 famílias pertencentes ao MST por se apropriarem de uma área irregular da fazenda, acabaram sendo despejadas do local e tendo de formar acampamento nas estradas vicinais da região, onde ficaram por aproximadamente um ano. Após esse prazo, o IAF constituiu um assentamento emergencial às famílias devido a insuficiência de terras para plantio, as quais ficaram até o ano de 1986, momento em que regularizou a situação. Na área do assentamento 3 foram assentadas um número de 73 famílias da região e de posseiros que se encontravam no local.

Em relação à ocupação da área 4, a mesma iniciou no ano de 1989 pela ação de 150 filhos e parentes de assentados da Fazenda Pirituba II, os quais ocuparam uma área de exploração irregular da Fazenda, sendo esses posteriormente expulsos por uma liminar de

reintegração de posse. Somente no ano de 1991 o governo do Estado de São Paulo concedeu uma área de 100 hectares para o uso de 51 famílias.

A área 5 da Fazenda Pirituba II era, a princípio, pertencente ao patrimônio público do Estado de São Paulo, porém foi destinada para a reforma agrária para tornar-se assentamento rural. O processo de ocupação dessa área teve seu início datado em de 1992 pelas famílias pertencentes ao MST e somente no ano de 1998 a área tornou-se um assentamento, o qual comporta 39 famílias.

Ulteriormente, a área 6 da Fazenda foi ocupada no ano de 1996, assentando um número de 52 famílias. Para maior compreensão das áreas de assentamentos situados na Fazenda Pirituba 2, bem como a área total, área destinada ao uso das famílias e número das famílias assentadas, segue a Tabela abaixo.

Tabela 1 – Relação das Agrovilas do Projeto de Assentamento da Fazenda Pirituba II

Projeto de Assentamento	Município	Data de Início	Nº de lotes	Área total (ha)	Área agrícola (ha)	Área/Família (ha)	Vínculo
Pirituba II – Área 1 (Agrovilas 1)	Itapeva	05/1984	107	2.511,00	1.572,00	23,46	Estadual
Pirituba II – Área 2 (Agrovilas 2)	Itaberá	05/1984	56	1.341,20	869,00	23,95	Estadual
Pirituba II – Área 3 (Agrovilas 3)	Itaberá	12/1986	73	2.142,33	1.388,00	29,34	Estadual
Pirituba II – Área 4 (Agrovilas 4)	Itapeva	02/1991	51	1.096,83	891,00	21,51	Estadual
Pirituba II – Área 5 (Agrovilas 5)	Itaberá	09/1992	39	807,71	582,00	20,71	Estadual
Pirituba II – Área 6 (Agrovilas 6)	Itapeva	06/1996	52	108,57	Sem Inf.	2,09	Estadual
TOTAL			378	8.007,64		121,06	

Fonte: ASSENTAMENTOS - Situação quanto à localização municipal (Fundação ITESP).

Vale ressaltar que durante a constituição dos diferentes assentamentos na Fazenda Pirituba, além do apoio do MST em todo o processo, os agricultores também se fortaleceram graças à colaboração imensurável dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itaberá e de Itapeva, da Frente Nacional do Trabalho e de setores da Igreja Católica.

3.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização deste trabalho fez-se necessário, a princípio, a coleta e sistematização de dados secundários acerca da precedência da constituição dos assentamentos pertencentes à

Fazenda Pirituba (histórico do local, processo de luta pela terra, deliberação da emissão de posse e posterior divisão e uso das terras pelas famílias agricultoras).

Consecutivamente, articulou-se junto às lideranças locais, uma reunião ao longo do mês de maio de 2015 para melhor compreensão da realidade local. A partir desta reunião, pode-se conhecer, dentre as inúmeras características dos assentamentos, a existência de quatro diferentes redes de agricultores familiares que participam ativamente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo essas a Rede da Associação dos Agricultores Familiares da Agrovila 3 de Itaberá (AFAI), Rede da Associação dos Agricultores Familiares do Tupã (Tupã), Rede da Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida Ltda (COPAVA) e Rede da Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores de Itapeva (COAPRI).

Segundo dados fornecidos pelo site da Transparência Pública do PAA, verificou-se que no ano de 2015 16 agricultores pertencentes à Rede AFAI acessaram o Programa, 179 ingressaram por meio da Rede estabelecida pela COAPRI, 31 via COPAVA e 21 agricultores pela Rede Tupã.

Partindo desse dados ofertados pelo site da transparência, foi definida uma amostragem mínima de agricultores a serem entrevistados em cada rede, sendo que ao final foram entrevistados 7 agricultores participantes da Rede AFAI, 49 agricultores vinculados à Rede COAPRI, 17 da Rede Copava e 9 da Rede Tupã, totalizando 82 agricultores que foram entrevistados durante o mês de junho de 2015.

O questionário aplicado junto aos agricultores era constituído de perguntas abertas e fechadas que abarcavam sete categorias analíticas sobre as quais interessava conhecer os impactos do PAA, sendo elas: organização social, gênero, geração, ambiental, qualidade de vida, renda e segurança alimentar. As perguntas fechadas foram elaboradas de forma que permitisse a atribuição de notas às questões e proporcionasse a construção de indicadores sobre o impacto do programa na vida dos assentados.

3 RESULTADOS

A partir das repostas atribuídas pelos agricultores às questões presentes no questionário, concederam-se notas as mesmas e para melhor interpretação e sistematização, formulou-se uma planilha estatística contendo todas as informações aplicadas. À medida que as notas das variáveis foram elencadas, automaticamente gerava-se uma porcentagem de tais variáveis que compõem cada indicador (organização social, gênero, geração, ambiental, renda, qualidade de vida) e posteriormente, o sistema apresentava a porcentagem final do norteador, como no caso, do impacto de cada Rede estudada.

Com tais informações estabelecidas na tabela, elaboraram-se os gráficos a seguir, os quais apresentam os impactos do PAA nas redes estudadas, segundo a percepção dos entrevistados.

Como pode ser observado nos gráficos, os maiores impactos do programa estão vinculados as categorias Renda, Qualidade de Vida e Segurança Alimentar. O que demonstra, que na percepção dos agricultores, o PAA tem impactado positivamente em questões relacionadas à estas dimensões.

No caso da renda, os indicadores atingiram 85% da avaliação máxima possível no caso da AFAI, 83% na COAPRI, 96% na COPAVA e 86% na rede Tupã, o que demonstra que os agricultores perceberam um significativo incremento de sua renda a partir de sua participação no PAA. No caso do indicador de segurança alimentar, este foi constituído a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), sendo que em duas redes (Tupã e AFAI) nenhum entrevistado estava em situação de insegurança alimentar, enquanto na rede COPAVA três apresentaram insegurança alimentar leve e na COAPRI 11 apresentaram

insegurança alimentar leve, não sendo identificado em nenhuma das redes, nenhum caso de insegurança alimentar moderada ou grave. Assim percebe-se que o PAA tem sido importante instrumento para a garantia a segurança alimentar e nutricional dos agricultores participantes do programa.

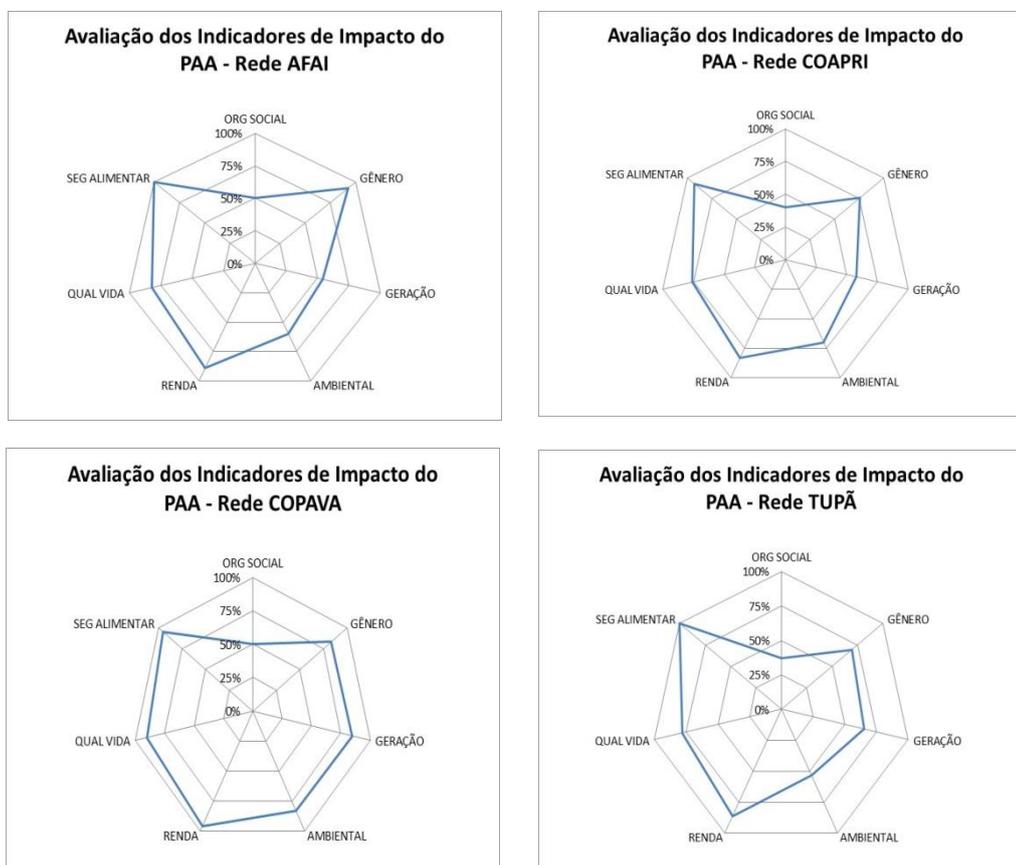
Em relação à melhoria de sua qualidade de vida, segundo os agricultores, os impactos do PAA são um pouco mais limitados, sendo que a avaliação do indicador variou de 72% da nota máxima possível no caso da AFAI até 90% no caso da COPAVA. Por outro lado, percebe-se que o PAA possui impacto limitado em outras importantes categorias analisadas, como no caso da Organização Social, Gênero, Geração e Ambiental, o que significa dizer que o programa ainda pode ser aprimorado ou que outras políticas públicas são necessárias.

As avaliações mais baixas foram atribuídas ao indicador de Organização Social, o que leva a concluir que apesar de este ser um dos objetivos expressos do programa, o mesmo não tem conseguido estimular, nos casos estudados, a efetiva organização social dos agricultores, sendo limitada a sua participação em suas associações ou cooperativas. As avaliações deste indicador variaram de 37% na Rede Tupã a 50% nas redes COPAVA e AFAI.

O indicador de Gênero demonstra que apesar de o programa impactar positivamente no protagonismo feminino nos processos de produção agropecuária, ainda é perceptível que existem espaços para a melhoria. Por sua vez, o indicador de Geração mostra que o programa pouco impacta na inclusão de jovens e idosos nos processos produtivos.

Em relação ao indicador Ambiental, apesar de o programa oferecer um prêmio para produtos classificados como orgânicos, nas redes estudadas, isto não tem sido um estímulo para os agricultores modificarem os seus sistemas produtivos e adotarem práticas consideradas mais sustentáveis de produção.

Figura 1 – Gráfico representativo da Avaliação dos Indicadores de Impacto das Redes estabelecidas nos Assentamentos da Fazenda Pirituba.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

4 CONCLUSÃO

O estudo apresentado permite concluir que o PAA pode ser considerado um importante instrumento de fomento de sistemas agroalimentares mais localizados, visto que possibilitou a construção de redes nas quais os alimentos produzidos pela agricultura familiar são consumidos dentro do próprio território, aproximando agricultores de consumidores. Todos os alimentos comercializados via PAA são destinados às instituições dos municípios do entorno dos assentamentos.

Também infere-se pelos dados levantados, a importância do PAA em fortalecer a agricultura familiar. Os resultados dos indicadores de Renda, Qualidade de Vida e Segurança Alimentar demonstram que o programa tem obtido significativo sucesso em garantir que os agricultores familiares participantes tenham condições de se manter de forma digna no campo, o que acaba por garantir a sua reprodução social.

É importante apontar que nas redes estudadas o PAA possuiu impacto limitado na promoção da organização social e na adoção de práticas ambientalmente mais sustentáveis. Parece-nos que se faz necessário a presença de outras políticas públicas capazes de lidar de forma mais direta com essas dimensões, como por exemplo, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A pesquisa evidencia também que o estímulo criado pelo PAA para a maior participação das mulheres, jovens e idosos nos processos produtivos é diferenciado. Enquanto percebe-se que, de certa forma, estimulou de forma limitada a inserção das mulheres, o mesmo não pode ser dito em relação aos jovens e idosos.

REFERÊNCIAS

Altieri, M., and C. Nicholls. 2008. Scaling up agroecological approaches for food sovereignty in Latin America. *Development* 51(4): 472–480.

ASSENTAMENTOS - Situação quanto à localização municipal. 2016. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 12, n. 1, p. 12-20, jun. 2003 .

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Programa de aquisição de alimentos - PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Brasília: MDS, 2010. 23 p.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli et al. **Vozes da terra : histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (itesp), 2005. 256 p. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/vozes.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2010.

Wittman, H. (2009). Reworking the metabolic rift: La Via Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, 36(4), 805–826.